

Os livros didáticos como objeto da Sociologia: definição e utilização no contexto do ensino das Ciências Sociais

The Textbooks as an object of Sociology: definition and use in the context of teaching Social Sciences.

Los libros de texto como objeto de la Sociología: definición y uso en el contexto de la enseñanza de las Ciencias Sociales.

Ana Martina Baron Engeroff¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3957-0428>

Resumo

Este artigo trata dos livros didáticos de Sociologia, que os compreende como objetos fundamentais para a história e para a trajetória deste campo do conhecimento, bem como para a disciplina escolar de Sociologia. A partir da caracterização do que se trata este rico e complexo objeto, e de como ele se articula com a Sociologia em específico, visa-se contribuir com os estudos no subcampo do ensino de Sociologia, promovendo o aprofundamento das reflexões teóricas, metodológicas e das práticas do ensino. Assim, trata-se da definição do objeto e da articulação dos livros didáticos com a história da Sociologia escolar, reconhecendo aquele como um capital cultural específico, na expressão de Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: livro didático, ensino de Sociologia, história da disciplina.

Abstract

This article deals with Sociology textbooks, understanding them as fundamental objects for the history and trajectory of this field of knowledge, as well as for the school subject of Sociology. By characterizing what this rich and complex object is about, as well as how it is articulated with Sociology in particular, the aim is to contribute to studies in the subfield of sociology teaching, as well as to promote the deepening of theoretical, methodological reflections and sociology teaching practices. Thus, it deals with the definition of the object and the articulation of textbooks with the history of school sociology, recognizing that as a specific cultural capital, in the expression of Pierre Bourdieu.

Keywords: textbook, sociology teaching, history of the discipline.

Resumen

Este artículo trata de los libros de texto de Sociología, entendiéndolos como objetos fundamentales para la historia y trayectoria de este campo del saber, así como para la asignatura escolar de Sociología. Al caracterizar de qué se trata este rico y complejo objeto, así como cómo se articula con la Sociología en particular, se pretende contribuir a los estudios en el subcampo de la enseñanza de la sociología, así como promover la profundización de reflexiones teóricas, metodológicas y prácticas. Así, se ocupa de la definición del objeto y la articulación de los libros de texto con la historia de la sociología

¹ Doutora e mestra pelo PPGSP/UFSC e licenciada em Ciências Sociais (UFSC). Professora de Sociologia do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), dedica-se ao estudo do ensino de Ciências Sociais, com foco nos livros didáticos. Membro da Abecs e do Observatório do Ensino Médio de Santa Catarina. **E-mail:** anamaron@hotmail.com

escolar, reconociéndola como un capital cultural específico, en la expresión de Pierre Bourdieu.

Palabras clave: libro de texto, enseñanza de la sociología, historia de la disciplina.

1. Introdução

Este artigo trata dos livros didáticos de Sociologia, compreendendo-os como objetos fundamentais para a história e trajetória do campo do conhecimento, bem como para a disciplina escolar de Sociologia, também tomada como um espaço relativamente autônomo. A partir da caracterização do que se trata este rico e complexo objeto, também de como ele se articula com a Sociologia em específico, visa-se contribuir com os estudos no subcampo do ensino de Sociologia (Ferreira; Oliveira, 2015; Bordart, 2019), bem como promover o aprofundamento das reflexões teóricas, metodológicas e das práticas do ensino de Sociologia.

Vejamos que os livros didáticos, de forma mais ampla, raramente foram objetos prestigiados nos diversos campos sociais (acadêmicos, editoriais, intelectual, político, econômico etc), embora produzidos junto dos livros tradicionais e compondo interesses editoriais, de governo, de ensino, de intelectuais. Por vezes, tratado como menor (Batista, 2002), o livro didático está presente no cotidiano das pessoas e das instituições

escolares, na história das disciplinas, na produção de bens (simbólicos ou materiais, segundo Bourdieu, 2015a), na elaboração das pesquisas acadêmicas.

Em crescente, a constituição das redes em torno dos livros didáticos, de maneira transnacional, como demonstra Choppin (2020), favoreceu também a tecedura de pesquisas envolvendo os livros didáticos de Sociologia, uma vez que trouxe visibilidade ao objeto tão controverso e pouco legitimado. Paradoxalmente, o livro didático de Sociologia está presente no contexto educacional brasileiro antes de oficializar-se como disciplina escolar em âmbito nacional ou em sua autonomização no ensino superior, sendo produzido e utilizado ao longo do século XX e XXI, ao mesmo tempo em que as pesquisas acadêmicas em torno deste objeto só foram melhor delineadas recentemente². Mesmo no contexto mais atual de profundas modificações do currículo do Ensino Médio, os livros didáticos não desapareceram, ganhando outras formas e proposições³.

É considerável que a natureza dos livros didáticos auxilia para que sejam

² Tomando-se como referência a introdução de manuais de Sociologia estrangeiros e as produções antes das reformas escolares dos anos de 1920, havendo obras didáticas de Sociologia em 1916, por exemplo, como resultado de experiências pontuais do ensino de Sociologia no Brasil, como indicam Bodart e Marchiori (2021).

³ Embora não se possa ignorar o campo de forças sobre o uso ou não dos livros didáticos impressos, como o caso do estado de São Paulo, que recentemente anunciou o fim da utilização dos livros nesses moldes. No entanto, isso não quer significar o fim do livro didático, mas, sua reformulação, como em outros momentos históricos, conforme já apontavam Chartier (1998).

tomados como objeto de interesse por diversos espaços (escolar, educacional, político, econômico, acadêmico etc) e isso também reflete no tipo de produção científica que dispersa sobre este tipo de obra. No caso brasileiro, soma-se que as pesquisas sobre os livros didáticos parecem ser impactadas pelo desafio de tornar legítimos, na ótica da hierarquia social dos objetos (Bourdieu, 2015a), objetos próximos à área da educação e do ensino, uma vez que estas áreas não são prestigiadas em termos de capital científico.

Quando se trata do ensino de Sociologia, a própria trajetória da disciplina no ensino secundário, marcada por idas e vindas dos currículos obrigatórios e vinculada no mais das vezes à formação profissional ou para ingresso no ensino superior, conformou as pesquisas aos departamentos vinculados às disciplinas ligadas à formação de professores/licenciatura, como observa Handfas (2017). Assim, muitas das produções envolvendo estes materiais ficaram restritas ao campo da Educação, em detrimento do espaço das Ciências Sociais, dificultando o seu mapeamento e apreensão das características e sentidos para a área.

Malgrado esses embates, a conformação paulatina de um espaço social próprio do ensino de Ciências Sociais/Sociologia aproximou pesquisadores que transitam

em torno dos espaços da Educação, das Ciências Sociais e do ensino como prática, ampliando as investigações na temática, como atestam os diversos levantamentos de estado da arte. Mesmo assim, destaca-se o impacto na recepção da temática dos livros didáticos para o subcampo, vez que estas obras foram incluídas nas políticas públicas em virtude da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia em todo o Ensino Médio⁴, a partir de 2008, e passaram a ser vistos como objetos com potencial de oferecer novas leituras sobre o ensino da Sociologia.

Assim sendo, compreendendo este amplo contexto de, (1) recepção do livro didático como um objeto de pesquisa profícuo e fundamental para os conhecimentos escolares e (2), na sua relação *sui generis* com o ensino de Sociologia, que este artigo se desenvolve em duas partes. A primeira será dedicada ao livro didático e a discussão sobre a sua definição, utilizando a revisão bibliográfica, notadamente do campo da Educação e da História, que se dedicaram a refletir acerca dos seus melhores contornos. A segunda parte, com base na literatura do subcampo do ensino de Sociologia, enfoca a relação entre livro didático e a disciplina de Sociologia em sua trajetória. Como já informado, articula-se aqui especialmente os conceitos de Bourdieu, no que

⁴ Obrigatoriedade conferida pela Lei nº 11.684/2008 (Brasil, 2008). O Ensino Médio possui em média três anos de duração e corresponde à última etapa na Educação Básica brasileira, estando atualmente regulamentado pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reformando a antiga proposta curricular e tendo como consequência, entre outras, a desobrigação do oferecimento da Sociologia durante toda essa etapa.

se refere à composição de um campo do conhecimento, bem como do livro como um capital cultural (Bourdieu, 2015b).

2. Um problema de definição

Tratar de livros didáticos implica em definir o que se compreende por eles, a fim de delimitar o objeto. Ainda que haja uma definição prévia geral (como dizer que é todo o tipo de impresso utilizado no contexto escolar), qualquer definição passa pelo reconhecimento que este objeto está imbricado em intencionalidades, modos de produção, circulação e apropriação historicamente situados, revelando sentidos próprios e diferenciando-se de outros tipos de obras. Além disso, para definir qual tipo de escrito se conforma como um “livro didático”, deve-se atentar para os marcadores metodológicos, implicando nas formas de abordagem e de reconhecimento de uma rede de investigações em torno dos livros didáticos que assim o designarão.

Nesse sentido,

é preciso sublinhar de imediato que o *conceito* de livro escolar é historicamente recente. As obras, as quais os pesquisadores concordam que têm um estatuto pouco ou muito escolar, só recentemente têm sido percebido pelos contemporâneos como fazendo parte de um conjunto coerente. Assim, a língua francesa não conhece, antes da Revolução, o termo genérico que designa essa categoria de obras. A situação é comparável em outros países ocidentais: os livros escolares são há muito tempo apresentados aos seus contemporâneos

sob uma multiplicidade de denominações (Choppin, 2009, p. 15).

Reconhece-se, portanto, que há diversas definições sobre os livros escolares. Alaíde Oliveira (1986), uma das pioneiras ao publicar sobre os livros didáticos no Brasil, compreende “livro didático” em seu léxico mais imediato, tomando-o como livros destinados ao ensino, vinculando-se aos programas de ensino. Além disso, “compêndios” (como noções essencial, seleção de tópicos, resumo das disciplinas), “manual” (livro do aluno ou do professor, associado a algo que caiba nas mãos), “livro-texto” (excetos do próprio autor ou de autores escolhidos num encadernamento), enfim, todas estas definições completam, para a autora, o sentido de “livro didático”, propondo-se uma ideia mais ampla deste tipo de objeto.

Oliveira, Guimarães, Bomeny (1984), por sua vez, o definem como todo o material impresso que foi estruturado, destinado ou adaptado para ser utilizado na relação de aprendizagem ou formação. Por sua vez, Lajolo (1996) entende “didático” todo o livro utilizado em aulas e cursos e que provavelmente foram escritos, editados, vendidos e comprados, tendo em vista estas utilizações. Já Munakata (2014) aproxima-se do entendimento de livro didático colocado no projeto “Educação e Memória: organização de acervos de livros didáticos”, coordenado por Circe Bittencourt (1945-), em que são todas as obras que intencionalmente e explicitamente são

voltadas para o uso pedagógico, intenção manifestada pelo autor ou editor, inserindo-se os livros mais comuns, compêndios, manuais escolares, obras paradidáticas, dicionários, atlas, editados para uso pedagógico.

Percebe-se nestas concepções que, para considerar-se um livro didático, há uma vinculação obrigatória à intencionalidade pedagógica e seus usos no contexto escolar, porém, ao mesmo tempo, sabe-se que estas características nem sempre se mostram presentes ou são facilmente verificáveis, especialmente em escritos menos atuais. Ademais, não se pode perder de vista que os livros didáticos passaram a ser produzidos por meio do controle do Estado, com legislações cada vez mais específicas, inclusive definindo o que consideram ou não livros didáticos, em cada momento e espaço social, de modo que editaram legislações sobre este tipo de obra. Desta forma, há que se atentar, como coloca Choppin (2009), que restringir a ideia de livros escolares às obras com intencionalidade pedagógica só tem sentido para os períodos mais recentes, porque depende da institucionalização do ensino, debate que se encontra marcado nas investigações sobre livros didáticos.

Todas estas definições são, em suma, provisórias e se encerram no contexto e temporalidade do próprio objeto. Há vários momentos ao longo da história que demonstram a flexibilidade da nomenclatura, que nem sempre corresponde a um exemplar “livro”,

como pondera Batista (2002, p. 534), tais quais materiais didáticos em forma de folhetos, apostilas, manuscritos, cartazes, cadernos de exercícios, materiais em mídia. Também, por isso, tampouco há se restringir o livro didático ao formato impresso ou em um formato específico, porque seus formatos são marcados pelo seu tempo – seja na produção, seja na utilização, seja porque os livros dito escolares existem muito antes da criação de uma imprensa especializada e materializando-se em diversos formatos, ou mesmo porque há vários textos utilizados pela escola sem que tenham sido editados exclusivamente para este fim, como é o caso de dicionários, gramáticas, códigos, literaturas, a Bíblia.

Os livros escolares possuem diferentes sentidos ao longo do tempo e, mais modernamente, são tomados como obras sistêmicas, sequenciais, de produção serial e de massa. Estas obras constituem-se, como colocam Ossembach e Somoza (2001, p. 15), em objeto de numerosos interesses, intenções, intervenções e regulações, por serem resultado do trabalho e da participação de diversos agentes e constituem fenômeno pedagógico, cultural, político, administrativo, técnico e econômico. Sendo assim, sua terminologia é sempre provisória e envolta nos contextos sócio-políticos e do desenvolvimento dos modelos educativos.

Por isso, Ossembach e Somoza (2001) atentam para a pluralidade de terminologias. No contexto ibero-americano, apontam os

autores, o idioma espanhol tendeu a usar como substantivo mais geral de livro, textos e manuais, seguido do adjetivo “escolar”, sem objetar tipos mais específicos de obras, como abecedários, tratados etc. Nos contextos de língua portuguesa, livros didáticos, textos didáticos e manuais escolares foram utilizados de modo mais amplo, e, para tipos mais específicos de livros, seguiam os catecismos, manuais, livros de leitura, compêndios, demonstrando as variações segundo países, regiões, épocas. Em língua inglesa, os livros de texto (*textbooks*) representam os livros pensados desde a origem para o uso específico de ensino, enquanto os livros escolares (*schoolbooks*) são aqueles que foram empregados no ensino, mas menos ligados às sequências pedagógicas (Ossembach; Somoza, 2001, p. 17).

Há, segundo os mesmos autores, franca utilização por pesquisadores do termo “manuais escolares”, para compreender os livros de fácil manuseio e que se destinam ao ensino, sem objetar de outras expressões, como “livros didáticos”, “textos didáticos”, “manuais de ensino” etc. A expressão “livro de texto”, por sua vez, pode ser entendida como aqueles produzidos aos propósitos educativos ou qualquer livro assim utilizado na prática. Portanto, não há uma única terminologia utilizada, seja nas práticas escolares ou mesmo no uso acadêmico, decorrendo muito mais dos debates tramados, no reconhecimento de um livro escolar, bem como da formulação das políticas em torno destes materiais.

Neste sentido, Escolano (2001) contextualiza os manuais escolares como uma construção cultural e pedagógica que estão codificadas conforme determinadas regras textuais e didáticas associadas às práticas educativas. Ao estudar os livros escolares produzidos no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, Escolano (2001) identificou uma série de gêneros textuais para designar os manuais escolares, classificando-os em:

- (a) livros de iniciação, destinados a ensinar as técnicas elementares de leitura e escrita;
- (b) séries cíclicas, com textos que expõem diferentes níveis de complexidade e de forma gradativa;
- (c) enciclopédicos, que reúnem em um só volume toda a cultura escolar;
- (d) livros-guia, todos os que se anunciam como manual, curso, programa, método;
- (e) livro de consulta, livros auxiliares dos textos básicos;
- (f) livro ativo, como cadernos de exercício, em que o aluno intervém diretamente.

Estes modelos analíticos possibilitam identificar a pluralidade de livros produzidos e utilizados nas relações de ensino, sejam elas para a escola ou para as universidades, mas que também foram tomando outras formas a partir do desenvolvimento do mercado editorial e das transformações em torno do ensino.

Nas últimas décadas do século XX, o livro didático alcançou outro *status*, passando a se constituir como um objeto de pesquisa, cujo campo de produção intelectual Escolano (2001; 2012) cunhou de “manualística”, que

podem dar conta de uma análise especializada acerca dos manuais escolares, bem como dar origem a um campo intelectual e uma prática que abarquem à dimensão investigativa e de formação de professores, reverberando nas formas de conceber o manual escolar como objeto de pesquisa.

À vista disso, Choppin (2020) argumenta que definir o livro didático – objeto aparentemente banal – é parte importante da construção do objeto de pesquisa, cuja delimitação é alvo de intenso debate, especialmente porque há pluralidade de funções dos manuais e pouca homogeneidade. Assim, Choppin (2020) identificou dezenas de designações para livros didáticos, em diferentes línguas, nas quais os livros didáticos possuem também significações variadas: podem se remeter ao contexto institucional em que a obra é utilizada ou destinada; obra que serve para ensinar ou um livro para aprender; une na nomenclatura os livros que apresentam os conteúdos de ensino ou os conhecimentos enciclopédicos; faz referência à uma matéria ou aos métodos de ensino; levam em consideração o tamanho do livro; outras se referem em título à importância do texto.

Ainda que o conceito de “livro didático” seja estritamente ligado ao desenvolvimento do mercado institucional e à organização dos sistemas educativos nacional, não se perdeu os muitos modos de se referir a eles, constatando-se que os vocábulos relativos aos livros escolares são reflexo das

influências e trocas culturais de cada espaço (Choppin, 2020). A par disso, Choppin, 2020; Ossembach; Somoza, 2001; Batista, 2002 também compôs, em suas investigações, uma classificação dos livros escolares, ligados à intencionalidade do uso escolar, ou seja, às funções que os livros exercem nos contextos escolares, sendo:

- (g) manuais, concebidos para ser suporte escrito ao ensino de uma disciplina em uma instituição escolar;
- (h) as edições clássicas, com obras da literatura e cultura com comentários para o uso escolar;
- (i) obras de referência, como dicionários e atlas;
- (j) paraescolares, que se destinam a resumir, reforçar e exercitar os conteúdos educativos.

Todavia, Ossembach e Somoza (2001) argumentam que estas definições, embora resumam características comuns sobre os manuais escolares (intencionalidade, sistematização, adequação ao trabalho pedagógico em seus diferentes níveis, regulamentações dos conteúdos, intervenções estatais de regulamentação), são sobretudo descritivas. Em suma, livros escolares são aquelas obras usadas na escola, mas cujas motivações e fins transcendem a instituição escolar, interessando à diversas áreas do conhecimento que se integram nos estudos para além da escola e sua prática.

Enfim, oportuno a reflexão de Batista (2002), argumentando que a diversidade de características dos livros didáticos decorrem

dos fatores econômicos, tecnológicos, das questões educacionais e da ordem social e política, os quais andam juntos na definição deste tipo de obra. O livro didático é resultado das relações de luta, disputando o currículo, no campo de poder, no campo econômico e no campo educacional, que também refletem as configurações das diferentes etapas de ensino em que foram pensados e destinados. Assim, Batista (2002) define livro didático em suas formas de controle curricular e relações complexas de poder, estando em jogo nos livros didáticos “formas legítimas de produzir, comercializar e utilizar o manual escolar”. Estas múltiplas definições revelam a complexidade dos livros escolares, sem ignorar que suas formas assumem diferentes propostas nas relações de poder que se engendram. É dizer

que qualquer conceituação construída é dependente dos interesses sociais em nome dos quais se produzem, utilizam-se e se estudam livros didáticos. Refletir sobre esses interesses e seus condicionamentos no livro que se produz, se utiliza e se estuda é, assim, um primeiro passo fundamental para se construir definições e investigações que expressem a complexidade desse gênero de produção e não apenas nossos pontos de vista, parciais e interessados, a respeito dos textos, impressos e livros didáticos (Batista, 2002, p. 570).

Ao fim e ao cabo, livros escolares são um gênero textual específico, assim reconhecidos pelos sujeitos que os utilizam e pela sociedade em que circulam (Escolano, 2012). Suas características não são perenes,

modificam-se por diferentes razões e são permeadas por relações de poder, resultando no entendimento comum de que aquele objeto se diferencia de qualquer outro tipo de texto – o que também implica em admitir que sujeitos e instituições estabelecem critérios diferenciados e hierarquizados nos processos de classificação.

Por esse ângulo, permite-se compreender em livros escolares em suas tantas variações terminológicas (livros didáticos, manuais, compêndios, programas etc) engendrando-o nas múltiplas funções que exercem e nas relações de poder nas quais se produzem e se utilizam livros escolares, nos diferentes tempos e espaços. Por isso, este movimento permite recompor os livros escolares como um objeto do conhecimento, situando-o como fonte de saberes escolares, de consagração de sujeitos e conhecimentos disciplinares, no caso, os conhecimentos disciplinares de Sociologia.

3. Os livros didáticos de Sociologia

Considerando as diversas acepções para os livros didáticos e da necessidade de entendê-las a partir dos diversos contextos em que são utilizadas (o contexto de onde e quando se fala, mas também nos diferentes modelos educacionais, políticos, econômicos etc.), a utilização do termo “livro didático” para o subcampo do ensino de Sociologia também precisa ser mais bem contornado. Concordando com Cigales e Oliveira (2020), cada

um dos elementos de contexto que conformam as diversas nomenclaturas para os livros didáticos auxiliam não só a delimitar o objeto, mas também faz emergir a potência e complexidade dos manuais como objetos que carregam evidências de práticas sociais e culturais.

Na direção apontada pelos autores, as diversas correntes que buscam conceitualizar os livros didáticos possuem características comuns, tomando os manuais como aqueles objetos que: (a) apresentam conjunto dos conteúdos de um campo do conhecimento; (b) são organizados por agentes que possuem determinadas visões e representantes sobre o mundo social; (c) são materializados por meio de tecnologias de impressão; (d) são destinados ao ensino de determinada disciplina. Ao final, utilizando da definição de Ossenbach e Somoza (2001) e apropriando deste conjunto de similaridades de características, percebe-se que os livros didáticos são objetos da escola, mas transcendem este espaço na medida que estão imbricados nas disputas e configurações próprias dos campos sociais em que participa (Cigales; Oliveira, 2020, p. 04).

Desta forma, lembrando que um livro escolar nunca é, somente, aquele livro restrito à escola, mas possui sentidos diversos nos diferentes campos em que é produzido e utilizado, e ele se dirige aos livros didáticos de Sociologia. Meucci (2020), ao definir “livros didáticos” para fins de pesquisa sobre os manuais sociológicos, aponta para uma perspectiva próxima, na ótica weberiana, tomando o livro

como uma ação social, ou seja, se constitui de ações dotadas de sentidos para quem as praticam, e estas são desenvolvidas em cadeias de ações sociais reciprocamente orientadas. Desta feita, considera-se que os livros escolares não são redutíveis apenas ao uso escolar e sua nomenclatura é operada nos diversos sentidos conferidos pelos agentes.

Neste sentido, colhe-se em Sarandy (2004, p. 25) interessante reflexão sobre a nomenclatura dos livros didáticos (ou manuais) de Sociologia, – seu enfoque de estudo e um dos precursores deste debate para o ensino de Ciências Sociais, no qual é possível elastecer a designação de livros didáticos, percebendo como objetos não perenes e múltiplos, com diversas funções, que participam da atividade acadêmica e fazem parte da constituição de um campo científico. Vale ainda remeter ao argumento do autor que, utilizando do estudo de Kuhn (1998), percebe que manuais didáticos, para além de toda a crítica, são muitos além de fonte de informação, pois participam efetivamente da rotina acadêmica, contêm as narrativas sobre determinada ciência, teorias e métodos, estabelecem novos paradigmas e consolidam uma prática científica, fazendo com que participem do processo de construção e de institucionalização de uma ciência (Sarandy, 2004). Neste sentido, muitas destas obras não caberiam no sentido mais estrito de livro didático ou manual escolar e correriam ao risco de invisibilizar ainda mais estes objetos que permeiam o cotidiano.

Portanto, grosso modo, é possível definir os estudos que se concentram no ensino de Sociologia, que consideram livros didáticos como um ramo de pesquisa que, no contexto brasileiro, abarca o estudo dos livros escolares, manuais didáticos, compêndios, livros de texto, entre outros livros impressos ou não, utilizados ou pensados para ser utilizados nas diversas relações de ensino de aprendizado, seja para o nível escolar, preparatório ou superior. Esta percepção vai ao encontro da utilização de livro didático de maneira ampla, ou seja, tomado como sinônimo de “livro de texto”, “livro escolar”, “manual”, entre outras formas, na medida em que é pela própria caracterização das obras utilizadas com as suas dinâmicas de produção, circulação e utilização, que produz significados sobre eles próprios. Como afirmou Bittencourt (2008, p. 14), os materiais didáticos são “aparentemente simples de se identificar, mas de difícil definição”, e, por isso, reforça-se a sua natureza complexa, cuja definição se engendra na prática de pesquisa.

Considerando a história da Sociologia no Brasil, muitos dos livros foram produzidos antes da existência de um campo propriamente sociológico ou da formalização de uma disciplina escolar desta área do conhecimento, o que só permitiria reconhecê-las como uma categoria de livros didáticos a partir do estudo destas obras. Não obstante, tomando suas características mais amplas, estes livros não deixaram de ser materializados, de apresentar

conteúdos acerca de determinada área; foram organizados por agentes que possuíam um modo de pensar e construir a realidade social e voltaram-se à relação de ensino de um saber. Assim sendo, ainda que estes livros não fossem, à sua época, livros didáticos no sentido mais estrito empregado hoje, é possível reconhecê-los na categoria que engloba o objeto do conhecimento em questão. Importa, sobretudo, reconhecer como os diferentes agentes conferem sentidos sobre estas obras e, assim, reverberam na definição do objeto e na constituição de um espaço próprio de determinado saber – no caso, a Sociologia.

Assim sendo, é possível remeter à trajetória da Sociologia no país e seu imbricamento com os livros didáticos. As primeiras tentativas de institucionalização da Sociologia no ensino secundário em todo o país ocorreram ainda no século XIX, época que especialmente pelas discussões em torno da alteração curricular dos cursos jurídicos existentes no Brasil e da intenção de promover a expansão educacional (afastando a erudição e aproximando das práticas científicas modernizadas), surgiram alguns projetos de reformas educacionais que, vez e outra, incluíam a Sociologia nos currículos.

É preciso apontar que livros didáticos já eram produzidos, ainda que impressos fora do país, mas havia regulamentação específica vindo dos cursos jurídicos e obrigatoriedade de elaboração desses manuais, por cada professor, conforme indica Bastos (1998). Assim, uma

das mais conhecidas tentativas de introdução da Sociologia foi por meio dos pareceres do jurista Rui Barbosa (1942), que defendia a reforma do ensino jurídico e secundário para que “elementos da sociologia e direito constitucional” fossem obrigatórios na escola secundária, “noções fundamentais” para a Escola Normal e Sociologia para as faculdades de Direito, com o fim de substituir a disciplina de Direito Natural, ou seja, da metafísica para o positivismo em voga (Machado, 1987, p. 117).

Ainda que o projeto não tivesse seguimento, a reforma Benjamin Constant (Decreto nº 981, de 1890), a Sociologia foi pela primeira vez incluída oficialmente nos currículos de ensino no Brasil, embora constasse como disciplina na Escola do Exército (junto com “Moral”), mas depois passou a compor o sétimo ano do curso secundário e o quinto ano da escola normal. Para o ensino superior, a Sociologia constava (também com “Moral”) nas escolas Politécnicas e de Engenharia (de Minas). A Reforma Benjamin Constant, que não chegou a ser efetivada, mas, segundo Machado (1987, p. 119), é possível que tenha chegado a ocorrer alguns cursos de Sociologia no período, mas de modo improvisado ou sem significação pedagógica, compondo programas extensos, com um ensino verbalista, teórico e livresco.

Apesar de não levadas adiante a inclusão da Sociologia nas reformas educacionais do final do século XIX, serviu de impulso para algumas experiências da disciplina

ainda naquele século. Por exemplo, Alves e Costa (2006) indicam que a Sociologia se encontrava no currículo do “Atheneu Sergipense” (1870-), contando desde 1892 com “sociologia, moral, noções de economia política e direito pátrio” para o sexto e o último ano do curso de humanidades. Em 1897, segundo as mesmas autoras, houve reforma no currículo, que colocou a Sociologia para o sétimo e último ano, passando em 1898 a constar como nomenclatura da disciplina apenas a expressão “sociologia”.

Ademais, a disciplina de Sociologia contou com diversas idas e vindas curriculares, seja na nomenclatura, seja na composição de conteúdos, e, mais tarde, nos anos de 1925, adequou-se ao currículo federal. Nesse interim, foi professor da cadeira de Sociologia o professor Florentino Menezes (1886-1959), autor de obras como *Lei de Sociologia Aplicadas no Brasil*, de 1913, e *Escola Social Positiva*, de 1917. Além disso, publicou em 1931 seu manual *Tratado de Sociologia*, resultando na produção em manuais dos saberes escolares transpassados nesse curto período.

Vemos, ainda, que o Ginásio Paranaense, em 1892, também contava com a cadeira de “Sociologia, moral, noções de economia política e direito pátrio”, como aponta Zacharias (2013), mas não se sabe precisar como foi a sua efetiva aplicação. Bodart e Cigales (2021) indicam que no Amazonas, no Instituto Normal Superior (1890-1893), no Ginásio Amazonense (1893-[s. d.]) e na

Escola Normal de Manaus (1893-1900) há indícios de que a Sociologia estava presente desde 1890, pelo menos como disciplina de “Sociologia e Moral” para o curso de formação de professores primários e no ensino ginasial como “sociologia, moral, noções de economia política e direito pátrio”. Segundo os autores, a experiência da Sociologia em Manaus se assemelhou com a do Ateneu Sergipense, estando voltada para “a civilidade, a moralidade, o respeito à ordem, o civismo e a responsabilidade moral” (Bodart; Cigales, 2021, p. 139), compondo os ideais positivistas e permeada pelas noções de direito – formação primordial de seus professores.

Além dessas indicações, encontram-se outras legislações estaduais que buscavam se adequar à reforma de Benjamin Constant, compondo, dentre as disciplinas, a cadeira de Sociologia, tanto na organização do ensino secundário quanto nas escolas normais. São exemplos, seguindo os moldes da reforma e do modelo do Ginásio do Colégio Pedro II: a proposta no Espírito Santo, de 1890; no mesmo ano, o decreto estadual em Minas Gerais, na qual encontra-se uma nomeação para a cadeira de “sociologia, moral, noções de economia política e direito pátrio” do Dr. Donato da Fonseca; a mesma cadeira para o Liceu Alagoano (AL), em 1894; o decreto de criação do Instituto Benjamin Constant, antigo Ginásio Pernambucano (PE), em 1895; a reforma do ensino na Bahia (BA), em 1895, constando a disciplina de “psicologia, lógica,

sociologia e moral”, no ginasial, 1898; a indicação da existência da cadeira de “sociologia, moral, noções de economia política e direito pátrio” no sétimo ano do ginasial na Liceu Paraense (PA), em 1898. Localizou-se, também, a disciplina a partir da nomeação de lentes de Sociologia no Liceu Paraibano (PB), em 1896 (Brito, 2022).

É muito provável que durante esses cursos tenham sido produzidos materiais como livros didáticos exigidos à época, ainda mais se considerando que não havia outros materiais de apoio. Em verdade, boa parte dos manuais que surgem a partir de então são fruto das compilações das anotações e preparações de aulas dos professores, ou ainda as teses defendidas para ocupar as cátedras. De todo modo, atenta-se que os materiais utilizados eram sobretudo importados, havendo raras impressões no Brasil, em razão do ainda tímido mercado editorial (que só se expandiu após a Primeira Guerra Mundial). Assim, as obras didáticas que aqui circulavam eram, em maior parte, em língua estrangeira, como o caso de *Esquise d'une sociologia*, de G. Tarde (Paris, 1989), *Les Règles de la méthode sociologique*, de E. Durkheim (Paris, 1895), *Principles de sociologique*, de H. Spencer (Paris, 1883) e vários outros apontados por Meucci (2000, p. 8).

Apesar dos indícios que apontam para a existência da disciplina de Sociologia no espaço escolar no século XIX – ainda que nominada em conjunto com outros saberes ou

muitas vezes por meio de outras ciências sociais –, não parece haver referência à manuais escolares, programas complementares, textos escolares ou outras fontes que reforcem os espaços porventura ocupados pela disciplina no ensino secundário, o que só aconteceria no século seguinte, em sequências de reformas educacionais promovidas no âmbito da Primeira República. Em verdade, a partir de 1900 foram vistas sucessivas legislações educacionais que, na expressão de Saviani (2011, p. 30) de um movimento pendular, oscilavam entre “os estudos literários e científicos e entre a oficialização e a desoficialização, se contrapunha a necessidade, posta em âmbito estadual, da implantação e expansão das escolas primárias”.

Em paralelo, urgiram inúmeras reformas do ensino superior, em especial no campo do Direito, que até então tinha sua nomenclatura de “Curso de Ciências Jurídicas e Sociais”, possibilitando a dupla titulação aos bacharéis – o primeiro mais voltado para a prática advocatícia e da magistratura, o segundo para ocupar os cargos da burocracia estatal. De todo modo, como se pode concluir pela trajetória curricular permeada por Pessoa (2018), que possivelmente os conhecimentos sociológicos passaram a entrar no curso jurídico por meio da Filosofia Jurídica, notadamente pelos livros didáticos

produzidos para essa cadeira. Aponta-se, ainda, que a Sociologia, embora intimamente ligada aos cursos de Direito e tendo boa parte dos seus precursores os bacharéis, no Brasil não encontrou espaço para se firmar como disciplina autônoma no âmbito desses cursos.

Avante, é com Reforma de João Luís Alves-Rocha Vaz, de 1925 – Decreto nº 16.732-A – que a Sociologia foi oficialmente incluída nos currículos, especificamente nos programas complementares para a aquisição do título de “bacharel em ciências e letras” (Machado, 1987). Para o ensino nas Escolas Normais, a Sociologia foi incluída nas alterações legislativas em 1928, na Escola Normal do Distrito Federal (então Rio de Janeiro) e na Escola Normal no Recife⁵. A Reforma Francisco Campos, de 1931, por sua vez, reorganizou o ensino secundário (em dois ciclos, um secundário e outro complementar) passando a Sociologia a ser obrigatória para o segundo ano do complementar, com carga horária maior para os candidatos aos cursos jurídicos, e também constava nas provas para admissão nos cursos superiores⁶.

É, portanto, a partir destas primeiras regulações que também começam a serem difundidos os livros didáticos de Sociologia elaborados no Brasil. Por intermédio destes manuais, os

⁵ O ensino chamado de secundário (hoje o equivalente ao nosso ensino médio) era dividido entre o Normal e o Complementar, sendo o último geralmente destinado àqueles que seguiriam para as faculdades.

⁶ Não só a Sociologia foi incluída, mas a Filosofia, Psicologia, Lógica, Economia e Estatística, demonstrando o caráter “científico” que se desejava implementar para a formação da elite intelectual do país, no projeto modernizador.

conhecimentos sociológicos foram reunidos, sistematizados e legitimados, conforme indica o pioneiro estudo de Simone Meucci (2000). Destarte, o *boom* de publicações de obras introdutórias ao conhecimento sociológico se dá especialmente a partir dos anos de 1930, embora se localize alguns compêndios nas décadas anteriores, geralmente dedicados à Sociologia criminal e aos estudantes de Direito, como o precursor livro de Paulo Egydio de Oliveira Carvalho, *Sociologia criminal: do conceito do crime segundo methodo contemporâneo*, de 1900, e o manual de Pontes de Miranda, *Introdução à Sociologia Geral*, de 1926. Neste mesmo ano, também foi publicado o provável primeiro *Compêndio escolar para o curso gymnasial* do Brasil, intitulado “*Sociologia*” de A. Lorton, originalmente francês, traduzido para o português e amparado na vertente da Sociologia cristã⁷.

Então, como indica Meucci (2000; 2007), foi no período entre 1931 e 1945 que surgiram mais de duas dezenas de livros dedicados ao ensino de Sociologia, o que está relacionado ao conjunto de iniciativas de institucionalização da Sociologia. Entre os vários elementos, destaca-se: (a) a introdução da Sociologia via ensino secundário e nas escolas normais; (b) a criação dos cursos em Ciências Sociais a partir de 1933; (c) a publicação de obras consagradas do pensamento social brasileiro; e (d) o surgimento de dicionários,

coletâneas de textos e periódicos, juntamente com os manuais didáticos. Para a autora, estes pontos sintetizam o complexo de esforços para a formação, a produção e a divulgação das teorias sociológicas no país, fazendo parte os manuais do fenômeno de rotinização dos conhecimentos sociológicos no país.

Sendo assim, os livros didáticos participaram deste processo de formação de uma nova ciência, legitimando-a no contexto brasileiro e possibilitando que a Sociologia fosse institucionalizada. Esses livros didáticos, ainda que com diversas perspectivas, funcionaram de modo a ser produtores de currículo, tradutores de trechos de obras sociológicas que antes não havia no país, introdução de autores e teorias, além da própria renovação da linguagem. Por meio dessas obras, elucidava-se a noção de Sociologia para cada um dos autores, argumentava-se para a sua autonomia frente aos demais conhecimentos, bem como suas especificidades de métodos e abordagens. Assim, não há dúvida que foram obras fundamentais para que a Sociologia lograsse espaço para se estabelecer nos cursos superiores, na década de 1930 em diante.

Vejamos que os livros didáticos também tornam importantes para a própria caracterização do sociólogo no país. Isto porque os autores não eram exatamente porta-vozes especializados no conhecimento

⁷ A Sociologia cristã adentrou no Brasil em meio às disputas educacionais dos anos 30 e 40, citando-se como representantes Amaral Fontoura e Alceu Amoroso Lima, autores de manuais. Como lembra Meucci (2000, p. 68), boa parte das instituições educacionais do período eram mantidas pela Igreja Católica, exercendo nesses espaços educacionais a sua influência.

sociológico, por se tratar de uma ciência nova. Por isso, estes livros permitiram “a um só tempo, o reconhecimento dos primeiros sistematizadores e a identificação de suas expectativas em relação à contribuição da nova disciplina (desde as mais sofisticadas até as mais vulgares) [...]” (Meucci, 2007, p. 34-35). É assim, por exemplo, que Delgado de Carvalho, professor do Colégio Pedro II e autor do manual de *Sociologia (sumários do curso do sexto ano)*, é reconhecido por Fernando de Azevedo, também autor de manuais no período, como o primeiro professor de Sociologia no país (Machado, 1987, p. 121); e Pontes de Miranda como o pioneiro da Sociologia (Azevedo, 1935).

A par da Reforma da Capanema, de 1942, que retirou a Sociologia do ensino secundário, assim como outras disciplinas, como indicam Oliveira e Oliveira (2017, p. 28-29), as atenções passaram a percorrer o ensino superior, tomando-se a Sociologia como um campo consolidado, tanto como disciplina universitária quanto como atividade socialmente reconhecida, com uma produção regular no campo da teoria, da pesquisa e aplicação (Candido, 2006). Porém, mesmo com a sua ausência no contexto do ensino básico, os manuais de Sociologia não deixaram de se fazer presentes, sendo reeditados diversas vezes, como o caso dos livros de Fernando de Azevedo e Amaral Fontoura, reeditados mais de 10 vezes, e de Carneiro Leão e Gilberto Freyre, cinco vezes. Estas

republicações dão conta de perceber que estes livros passaram a ser utilizados em outras instâncias, ou seja, no ensino superior, em franca ascensão a partir dos anos de 1940, o que nos indica Guelfi (2001).

Por isso, Moraes (Oliveira; Moraes, 2014) afirma que

o livro didático de Sociologia aparece como um objeto paradoxal: embora condenada a uma intermitência no currículo ensino médio, a Sociologia nunca deixou de ser ensinada no nível superior, em cursos de Administração de Empresas, Pedagogia, Jornalismo, Direito, etc, e isso acabou mantendo a produção de livros didáticos, muitos em enésima edição. A grande maioria é destinada, no entanto, ao secundário – colegial, segundo grau, ensino médio, de acordo com a nomenclatura do momento -, embora usados no ensino superior, que em muitas instituições privadas pouco difere do ensino médio (Oliveira; Moraes, 2014, p. 268).

Mesmo com a distância da Sociologia dos currículos do ensino básico, ela permaneceu nas Escolas normais, cuja formação de professores era realizada preferencialmente nos institutos de educação e no próprio curso de pedagogia, nas quais eram utilizados manuais de Sociologia Educacional, além, é claro, dos livros usuais do ensino superior que, por vezes, podem ser equiparados aos livros didáticos. De fato, a Sociologia não vai encontrar melhor sorte como disciplina escolar obrigatória nos anos que se sucederam, mas é possível observar que seus

conhecimentos estavam presentes em disciplinas como Organização Social e Política do Brasil (OSPB), introduzida em 1971, e Educação Moral e Cívica.

Aliás, nesta última, Silva (2015) estudou seus livros didáticos, constatando que nesses havia temas e conceitos afeitos às Ciências Sociais. Por sua vez, Perucchi (2009) analisou livros didáticos de OSPB, nos quais apresentavam categorias afeitas às Ciências Sociais, como sociedade, trabalho, classes sociais, Estado. Ainda que não possamos falar de uma disciplina de Sociologia, é inegável que nestes livros utilizava-se das categorias sociológicas e suas teorias, servindo (bem ou mal) a existência de saberes sociológicos na escola, por meio dos livros didáticos. E, além disso, é sabido que muitos professores de Sociologia estiveram à frente dessas disciplinas, possibilitando a ressignificação dessas categorias, como indicam Oliveira e Oliveira (2017).

Nos anos de 1980, A Sociologia volta aos holofotes como uma disciplina própria, momento em que se inicia a abertura democrática do Brasil, também evidenciando um novo contexto para a educação e, por conseguinte, da produção dos livros didáticos. É, por exemplo, em 1984 que se cria o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que passou a ser o maior programa

de distribuição gratuita de livros didáticos no mundo (Cassiano, 2013). A Sociologia, no entanto, só passou a participar do programa de maneira oficial em 2002, quando já assentada a disciplina como obrigatório em nível federal.

Até então, os livros didáticos de Sociologia foram produzidos de forma mais autônoma pelos autores e editoras, ou adaptados para o uso em disciplinas introdutórias no ensino superior ao nível básico. Isso porque, nos anos de 1980 e 1990, diversos estados da federação passaram a tornar obrigatória a disciplina sociológica (Azevedo, 2014), mas não possuíam materiais destinados a esses níveis de ensino. Livros como os de Paulo Meksenas (*Sociologia*, de 1993; *Aprendendo sociologia: a paixão de conhecer a vida*, de 1985), de Cristina Costa (*Sociologia: introdução à ciência da sociedade*, editado inúmeras vezes desde 1987), de Pêrsio Santos de Oliveira (*Introdução à Sociologia*, de 1988) e de Nelson Dácio Tomazi (*Iniciação à Sociologia*, 1994), tornaram-se clássicos, sendo alguns reeditados para mais de 20 edições. Assim, reascendeu o anseio de sociólogos de carreira produzirem livros didáticos, ainda que não necessariamente estivessem dedicados ao ensino básico⁸.

Foi nesse contexto de reinserção gradativa que começou a se delinear a segunda

⁸ Para além dos livros tradicionais, há indícios de produções de fascículos, apostilas e outros materiais equivalentes aos livros didáticos, ou assim podendo ser tomados. Isso vale para o contexto mais atual, no qual se utilizam livros virtuais, apostila, materiais de apoio ordenados, seja nas escolas públicas ou particulares.

geração de livros didáticos de Sociologia, intensificando o mercado editorial, ao passo que, por meio desse incentivo, a Sociologia encontrava nos livros didáticos meio de se firmar como disciplina escolar. Os documentos curriculares existentes para a Sociologia ao longo dos anos 2000 deram impulso para oferecer novos contornos aos livros didáticos, que se adaptavam às exigências de formato e conteúdo, ao mesmo tempo que auxiliaram no estabelecimento dos principais conhecimentos sociológicos que deveriam ser oferecidos aos alunos.

Do mesmo modo, o interesse do campo acadêmico pelo livro didático de Sociologia também se deu anterior à obrigatoriedade nacional. O primeiro trabalho localizado foi a dissertação de Machado (1996), que analisa o percurso da Sociologia na escola na perspectiva do currículo. Nela o autor entende os livros didáticos como produtores indiretos do currículo, percorrendo quatro livros didáticos de Sociologia editados entre os anos de 1985 e 1994. Além dele, Sarandy (2004) trouxe em sua dissertação o levantamento de diversos livros didáticos de Sociologia analisando quatro deles para se pensar qual a Sociologia que está apresentada nestes livros.

Enquanto Takagi (2007), estudando quatro livros didáticos, verificou como estes eram usados pelos professores em sala de aula, e, por fim e mais recentemente, Maçaira (2017) analisou sete livros didáticos de Sociologia, comparando com os livros na França, em uma perspectiva da recontextualização

pedagógica. Juntos estes trabalhos analisaram 26 livros didáticos de Sociologia publicados entre os anos de 1985-2010 e demonstraram a variedade de possibilidades analíticas sobre o objeto e a profusão de materiais publicados. Ainda, é possível mencionar o trabalho de Coan (2006), que diversificou o entendimento do que é um livro didático, entendendo-o como todo livro utilizado pelo professor para planejar e dar aula, reconhecendo que muitos deles são também utilizados pelos alunos.

A obrigatoriedade da Sociologia no ensino médio em 2008, então, marcou uma nova etapa para a disciplina e para os seus livros didáticos, seguindo a terceira geração de livros didáticos apontada por Maçaira (2017). Isto porque a Sociologia pode fazer parte das políticas educacionais do livro didático, mais especificamente PNLD. Por meio dele, em 2012, a Sociologia participou com 14 obras inscritas, sendo apenas 2 aprovadas: *Sociologia para o Ensino médio*, de Nelson Dácio Tomazi, e *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, de Helena Bomeny e Bianca de Freire Medeiros. E ambos permaneceram como aprovados nos anos seguintes.

Já em 2015, houve a ampliação do número de livros aprovados (seis), embora houvesse somente 13 inscritos. Uma das razões que parecem estar envolvidas é a maior adequação dos autores e editoras ao formato do PNLD, produzindo livros nos parâmetros exigidos. O edital do PNLD 2018, por sua vez,

aprovou 5 obras, sendo todas as que já haviam sido aprovadas anteriormente.

A par da entrada da Sociologia no ensino médio e da presença então obrigatória também dos livros didáticos para a disciplina, agora mais contornados com as regras presentes nos editais específicos, assentou-se diversos entendimentos sobre as finalidades educacionais da disciplina – menos moralizantes e mais com vistas aos pressupostos epistemológicos, como a imaginação sociológica, o estranhamento e a desnaturalização –, ao mesmo tempo em que reverberou na produção acadêmica sobre os livros didáticos. De fato, todo o subcampo do ensino de Sociologia foi afetado positivamente pela obrigatoriedade da disciplina, conferindo maior espaço para a sua legitimação também no campo científico. No entanto, os livros didáticos parecem operar um peso diferenciado, como evidencia Engeroff (2017a; 2017b), possibilitando não só o alavancamento do subcampo, mas também que novos agentes pudessem se legitimar por meio da produção desse tipo de material.

No contexto de reforma do Ensino Médio, promovida pela Lei nº 13.415/2017, modificou-se profundamente o formato do ensino médio e, em especial, alterou a forma de concepção das disciplinas escolares. Segundo a reforma, caberia aos estados e municípios adequarem seus currículos à Reforma e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), devendo conter “estudos e práticas” de Sociologia (e de Filosofia, Arte e Educação Física). Conforme

esses documentos, consta a organização das unidades curriculares por área do conhecimento, compondo a Sociologia um desses conhecimentos na Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, juntamente com Filosofia, Geografia e História. Assim, cada estado regulamentou seus currículos, de modo que a Sociologia, em quase todos os casos, perdeu carga horária – seja na semana ou nos anos de ensino médio. Além disso, na parte chamada flexível do currículo, haveria espaço para disciplinas eletivas que incluiriam conhecimentos da unidade sociológica, mas isso somente no caso da escola e alunos admitirem a sua oferta (dentro do portfólio de possibilidades).

Ainda que não se enfoque, aqui, na reforma curricular, importa ressaltar que os livros didáticos sofreram impacto por esarem destinados a cada unidade curricular, não havendo mais livro didático exclusivamente de Sociologia, mas por área do conhecimento ou parte flexível do currículo. É o caso, assim, dos editais do PNLD de 2021, que aprovaram 19 obras para o Objeto 2 (área específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). Há os livros didáticos para a disciplina denominada “Projeto de Vida” e integradoras, multiplicando ainda mais as possibilidades de reconhecer os conhecimentos sociológicos – ao mesmo tempo em que claramente se prejudica as suas especificidades.

4. Conclusões

Conforme dito inicialmente, a preocupação que norteou este artigo residuiu em dar melhores contornos do que se define por livros didáticos, a fim de compreendê-lo como objeto de grande importância para o subcampo do ensino de Sociologia/Ciências Sociais. Desta feita, perpassar a sua trajetória por meio do reconhecimento de produção de obras didáticas é um meio perspicaz de colocar este objeto em outro lugar de legitimidade. Ao se fazer este processo, se possibilita a reflexividade sobre o próprio campo científico.

Portanto, ainda que o livro didático seja um objeto paradoxal, porque rejeitado historicamente como objeto de análise e tratado como um livro menor, dedicado à prática de ensino, ele parece obter um aspecto de capital simbólico para a legitimação do ensino de Sociologia. No entanto, esta relação está longe de ser perene, porque encontra no campo político forte imbricamento, especialmente com as constantes reformas do ensino

que atingem ao centro a disciplina sociológica. Assim, há uma nova realidade posta sobre a existência/permanência da Sociologia nos quadros escolares, da readequação dos livros didáticos aos novos formatos e, por consequência, da reformulação dos seus conteúdos e especificidades, conduzindo à participação de novos agentes interessados.

Chama-se atenção, por fim, que qualquer definição sobre livros didáticos e sobre a trajetória da disciplina deve estar relacionada com a prática do ensino, ainda difícil de constatar nas pesquisas sobre o subcampo. Incentiva-se, sobretudo, que se investigue como a Sociologia tem sido promovida no atual contexto de reformas, especialmente sobre a escolha dos livros didáticos e da participação efetiva dos docentes nesse processo, além dos usos efetivos em sala de aula, dado a reformulação curricular e possíveis descompassos entre livros, propostas estaduais e realidade de cada unidade escolar.

Referências

ALVES, Eva Maria S.; COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. Aspectos históricos da cadeira de sociologia nos estudos secundários, 1892-1925. **Revista Brasileira de História da Educação**, UEM, v. 6, n.1 2, p. 31-52, 2006.

AZEVEDO, Gustavo Cravo de. **Sociologia no ensino médio: uma trajetória político-institucional (1982-2008)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.



BARBOSA, Rui. Reforma do Ensino Secundário e Superior. Volume IX, 1882. In: **Obras Completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde e Educação, 1941. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/rbonline/obrasCompletas.htm>. Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

BASTOS, Aurélio Wander. **O ensino jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Lida, 1998.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado de letras, 2002.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar: 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BODART, Cristiano das Neves. A construção conceitual e empírica do “subcampo” do ensino de Sociologia. In: BODART, Cristiano das Neves; SAMPAIO-SILVA, Roniel. (orgs.). **O ensino de Sociologia no Brasil**. Vol. 2. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019. p. 11-38.

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. O ensino de sociologia no século XIX: experiências no estado do Amazonas, 1890-1900. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Hist. Cienc. Saude-Manguinhos, v. 28, mar. 2021.

BODART, C. DAS N.; MARCHIORI, C. R.. Fragmentos da história do ensino de sociologia no Brasil: Figueiredo e seu manual escolar de Sociologia de 1917. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (org.). 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015a.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BRASIL. Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 03 de junho de 2008.

BRASIL. **Lei ordinária nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei de Diretrizes e Bases, dentre outros. Brasília: Presidência da República, 2017.

BRITO, Flávio Ramalho de. O retorno de um professor à sala de aula. **Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE**, 28 nov. 2022. Notícias. Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/ppge/contents/noticias/o-retorno-de-um-professor-a-sala-de-aula>. Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil do século XXI**: a entrada do capital espanhol na Educação nacional. São Paulo: Editora UNESP, 2013

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: Do leitor ao navegador**. Conversações com Jean Lebrun. 1. reimpressão. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora UNESP, 1998.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. Tradução: Maria Helena Camara Bastos. **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 13, n. 27, p. 9-75, 2009.

CHOPPIN, Alain. Contexto científico da pesquisa sobre a edição escolar local, nacional e mundial. **Educação e Pesquisa** [online], v. 46, 2020.

CIGALES, Marcelo Pinheiro; OLIVEIRA, Amurabi. Aspectos metodológicos na análise de manuais escolares: uma perspectiva relacional. **Rev Bras Hist Educ**, v. 20, 2020

ENGERROFF, Ana Martina Baron. **Mapeando a produção sobre o livro didático de sociologia**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ENGERROFF, Ana Martina Baron. **A Sociologia no Ensino Médio**: a produção de sentidos para a disciplina através dos livros didáticos. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Ciência Política) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ESCOLANO, Agustín Benito. Sobre la construcción histórica de la manualística en España. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 13, 2001

ESCOLANO, Agustín. El manual como texto. **Revista Pro-Posições**, v. 23, n. 03, p. 33-50, set./dez. 2012.

FERREIRA, Vanessa do Rêgo; OLIVEIRA, Amurabi. O Ensino de Sociologia como um campo (ou subcampo) científico. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences** (impresso), v. 37, n. 01, 2015.

HANDFAS, Anita. As pesquisas sobre o ensino de sociologia na educação básica. In: SILVA, Ileizi Fiorelli; GONÇALVES, Danyelle Nilin (org.). **A sociologia na educação básica**. São Paulo: Annablume, 2017. p. 288-369.

LAJOLO, Marisa. Sessão enfoque: o livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n. 69, jan./mar. 1996.

MACHADO, Celso S. O ensino de sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 115-148, jan./jun.1987.

MACHADO, Olavo. **Ensino de ciências sociais na escola média**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MAÇAIRA, Julia Polessa. 2017. **O ensino de sociologia e ciências sociais no Brasil e na França**: recontextualização pedagógica nos livros didáticos. Tese (Doutorado) –Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

MEUCCI, Simone. Os livros didáticos da perspectiva da sociologia do conhecimento: uma proposição teórico-metodológica. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, 2020.

MEUCCI, Simone. Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 31-66, 2007.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da Sociologia no Brasil**: os primeiros manuais e cursos. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MUNAKATA, Kazumi. A legislação como fonte de história do livro didático, numa época em que supostamente não havia leis sobre isso e muito menos a história do livro didático. *In*: MORTATTI, M. R. L.; FRADE, I.C.A.S. (orgs.). **História do ensino de leitura e escrita: métodos e material didático**. São Paulo; Marília: Editora Unesp; Oficina Universitária, 2014.

OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de. **O livro didático**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986. 141 p.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; GUIMARÃES, Sônia Dantas Pinto; BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. **A política do livro didático**. São Paulo: Summus, 1984. 139 p.

OSSENBACH, Gabriela; SOMOZA, Miguel. Introducción. *In*: OSSENBACH, Gabriela; SOMOZA, Miguel. **Los manuales escolares como fuente para la historia de la educación em América Latina**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2001.

PERUCCHI, Luciane. 2009. **Saberes Sociológicos nas escolas de nível médio sob a ditadura militar**: os livros didáticos de OSPB. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

PESSO, Ariel Engel. **O ensino do Direito no Brasil**: das faculdades livres à reforma Francisco Campos. 2018. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SARANDY, Flávio. M. **A sociologia volta à escola**: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004

SAVIANI, Demerval. A política educacional no Brasil. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III, Século XX. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 29-38

SILVA, Gabriela Montez Holanda Da. 2015. **Formando o Cidadão e Construindo o Brasil**: a socialização política nos manuais de Educação Moral e Cívica e de Sociologia. 2015. Mestrado em (Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ZACHARIAS, Mariana Rocha. **Espaços e processos educativos do Ginásio Paranaense**: os ambientes especializados e seus artefatos (1904-1949). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.